



## **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**RECURSO ESPECIAL Nº 1816889 - MT (2019/0157183-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**RECORRENTE** : **DAVI LIMA DUTRA VIEIRA**  
**RECORRENTE** : **LAUDECIR TRINDADE SILVA**  
**ADVOGADO** : **DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

### **EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PENAL. ART. 22, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N.º 7.492/186 C.C O ART. 14, INCISO II, DO CÓDIGO PENAL. PRESCRIÇÃO RETROATIVA. LAPSO PRESCRICIONAL CONSUMADO. PUNIBILIDADE EXTINTA. ART. 297 DO CÓDIGO PENAL. DOSIMETRIA. REINCIDÊNCIA E CONFISSÃO. COMPENSAÇÃO INTEGRAL DEVIDA. PENAS. REDIMENSIONAMENTO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. CONSUMAÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. REGIME INICIAL. PERDA DO INTERESSE RECURSAL. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, PROVIDO.

### **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por DAVI LIMA DUTRA VIEIRA e por LAUDECIR TRINDADE DA SILVA, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra o acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 1.ª Região na Apelação Criminal n.º 0004021-66.2010.4.01.3601/MT.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau condenou os Recorrentes pela prática dos crimes do art. 297 do Código Penal e do art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 7.492/1986 c.c o art. 14, inciso II, do Código Penal, em concurso material. Em relação a ambos os Condenados, para o primeiro delito, fixou a pena de 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa e, quanto ao segundo, de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, e 6 (seis) dias-multa. As reprimendas finais totalizaram 3 (três) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 16 (dezesesseis) dias-multa.

Houve apelações defensiva e acusatória. A primeira foi desprovida e, a segunda, provida para afastar a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão. As penas ficaram assim redimensionadas: a) 2 (dois) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa (art. 297 do Código Penal); b) 1 (um) ano, 11 (onze) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 9 (nove) dias-multa (art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 7.492/1986 c.c o art. 14, inciso II, do Código Penal). Pelo concurso material, as penas totalizaram 4 (quatro) anos, 3 (três) meses e 10 (dez) dias de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, mantido o regime inicial fechado.

No recurso especial, os Recorrentes alegam, em preliminar, a violação do art. 61 do Código de Processo Penal, diante da ocorrência de prescrição retroativa no tocante ao crime do art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 7.492/1986 c.c o art. 14, inciso II, do Código Penal, cujo lapso teria se consumado entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória.

Suscitam, também, a violação dos arts. 59, 65, inciso III, alínea *d*, e 67 do Código Penal, aduzindo ser devida a compensação da reincidência com a confissão. Dizem que, feito os ajustes na pena em relação ao crime do art. 297 do Códex Criminal, também ele estará prescrito. Caso assim não se entenda, pedem a fixação do regime inicial semiaberto.

Oferecidas contrarrazões (fls. 611-617), admitiu-se o recurso na origem (fls. 619-620).

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo desprovimento do recurso especial, porém pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, no tocante ao crime de evasão de divisas na forma tentada, de ofício.

É o relatório.

Decido.

De início, razão à assiste à Defesa no tocante à prescrição do crime de evasão de divisas na forma tentada.

No tocante a ambos os Recorrentes, para o crime do art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 7.492/1986, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal, as reprimendas aplicadas foram de 1 (um) ano, 11 (onze) meses de 10 (dez) dias de reclusão e 9 (nove) dias-multa. Para essa pena privativa de liberdade, a prescrição ocorre em 4 (quatro) anos, *ex vi* do art. 109, inciso V, do Código Penal. No mesmo prazo prescreve a pena de multa, segundo previsto no art. 114, inciso II, do mesmo Estatuto. No caso, o lapso quadrienal se consumou entre o recebimento da denúncia, em 1º/07/2010 (fl. 103), e a publicação da sentença condenatória, em 22/07/2014 (fl. 393).

No que diz respeito ao crime do art. 297 do Código Penal, o Juízo de primeiro grau, na segunda fase da dosimetria das penas dos Recorrentes, assim fundamentou (fls. 389 e 390):

*"Faz-se presente a circunstância atenuante da confissão espontânea, porém deixo de aplicá-la em face da existência da circunstância agravante da reincidência".*

No julgamento da apelação, o Tribunal fez preponderar a agravante da reincidência, nos termos da seguinte fundamentação (fls. 578-581):

*"O MPF, por seu turno, requer seja afastada a compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, com o consequente aumento da pena, na segunda fase de aplicação das reprimendas, em decorrência da reincidência, em 1/6 (um sexto) das penas-base.*

*Tem razão a acusação, pois, havendo concurso entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea, a primeira deve preponderar sobre a segunda, nos termos do art. 67 do CP [...]*

*Também nos termos já explicitados, quanto ao crime de documento público falsificado, reconheço a presença da atenuante da confissão (art. 65, III, do CP) e da agravante da reincidência (art. 61, I, do CP). Em face de haver concurso nos*

*termos do art. 67 do CP, e considerando a preponderância da agravante da reincidência, aumento as penas dos acusados em 1/6 (um sexto), conforme requerido pelo MPF.*

*A pena do crime de falsificação de documento público resulta definitiva, portanto, em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa, à razão diária de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo, conforme fixou a sentença recorrida, nos termos do art. 49, § 1.º, do CP."*

O acórdão combatido está em dissonância com o entendimento firmado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de ser devida, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação integral da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea, por serem – nos moldes do art. 67 do Código Penal – circunstâncias subjetivas com igual preponderância.

Nesse sentido:

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRAZO PARA OPOSIÇÃO DO RECURSO INTEGRATIVO. CONFISSÃO ESPONTÂNEA E REINCIDÊNCIA. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.*

*[...]*

*3. A Terceira Seção desta Corte possui o entendimento de que, ainda que o acusado seja reincidente específico, é possível a compensação integral da agravante da reincidência (específica) com a atenuante da confissão espontânea.*

*4. Embargos de declaração acolhidos, sem, no entanto, conferir efeitos infringentes ao julgado, nos termos do voto do relator." (EDcl nos EDcl no AgRg no HC 252.863/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 23/05/2019; grifos diversos do original.)*

*"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO AO SISTEMA RECURSAL. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA. SEGUNDA ETAPA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. COMPENSAÇÃO. TERCEIRA FASE. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ACRÉSCIMO SUPERIOR A 1/3. QUANTIDADE DE CIRCUNSTÂNCIAS. SÚMULA N. 443/STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. REGIME PRISIONAL FECHADO. REINCIDÊNCIA.*

*[...]*

*3. A 3ª Seção desta Corte Superior de Justiça, ao examinar os EREsp n. 1.154.752/RS, firmou o entendimento de que, por serem igualmente preponderantes, é possível a compensação entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea.*

*4. No julgamento do HC 365.963/SP, a 3ª Seção entendeu que a reincidência específica pode ser integralmente compensada com a confissão espontânea. [...]" (HC 488.709/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 07/05/2019; grifos diversos do original.)*

Passo ao redimensionamento das penas do crime do art. 297 do Código Penal, em relação a ambos os Recorrentes.

A pena-base havia sido fixada no mínimo legal de **2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa**. Compensada a atenuante da confissão com a agravante da reincidência e, não havendo causas de diminuição ou de aumento, as reprimendas são tornadas definitivas no

referido patamar.

Diante do novo *quantum* da pena, há a consumação da prescrição da pretensão punitiva, entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença, nos moldes da mesma fundamentação trazida na presente decisão, quando reconheceu estar prescrito o crime do art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 7.492/1986, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal.

Extinta a punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva, em relação aos crimes pelos quais foram os Recorrentes condenados, fica prejudicado o pedido de fixação do regime inicial semiaberto.

Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DOU-LHE PROVIMENTO, a fim de compensar a atenuante da confissão com a agravante da reincidência e redimensionar as penas dos Recorrentes, no tocante ao crime do art. 297 do Código Penal, nos termos da presente decisão, bem assim para declarar extinta a punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva, em relação a ambos os delitos pelos quais foram os Recorrentes condenados.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora